

Saúde tem máscaras até o século 23

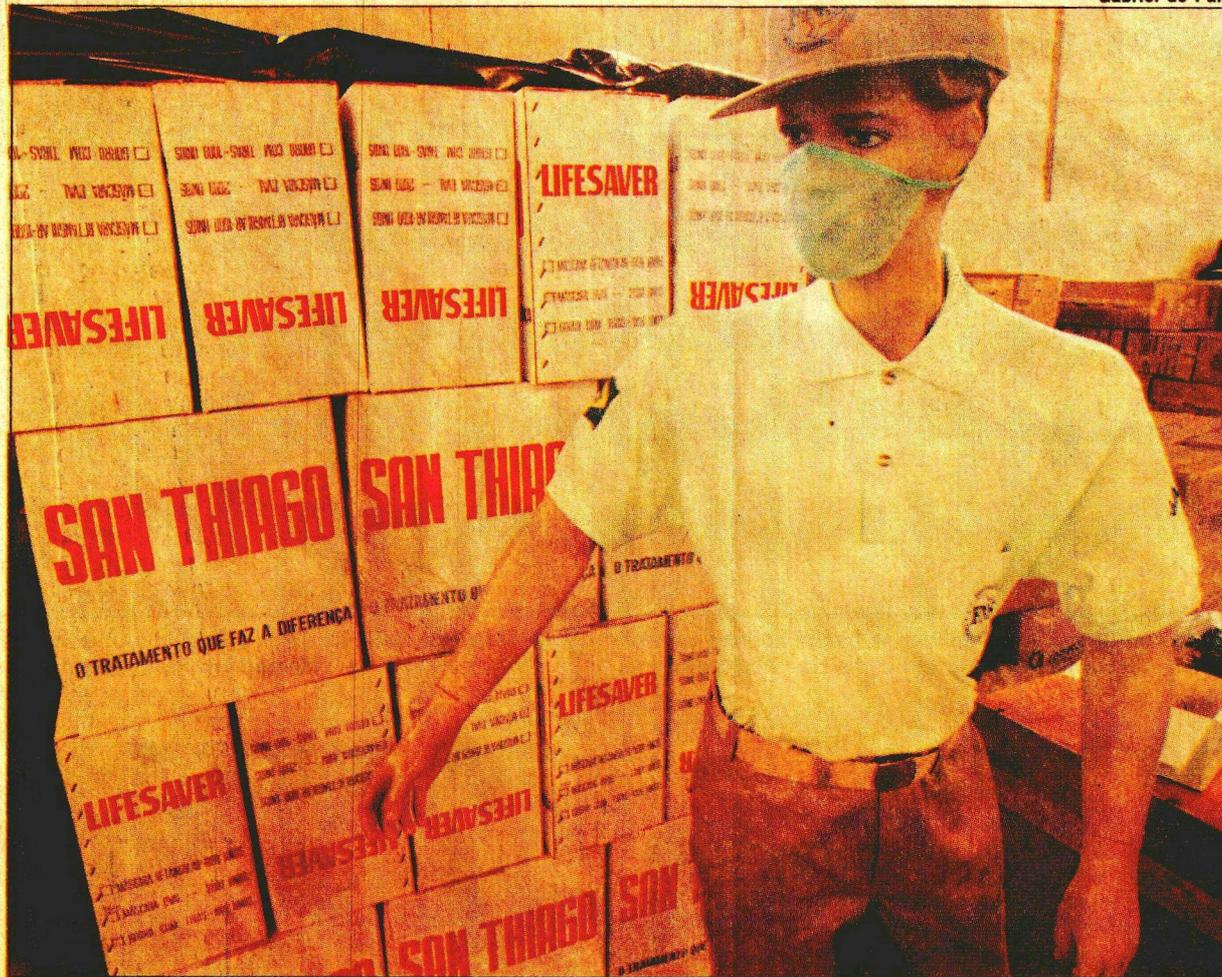
REGINA ELEUTÉRIO

A Fundação Nacional de Saúde tem, em seu estoque no Rio, máscaras hospitalares suficientes para os próximos 331 anos — caso o ritmo de uso seja o mesmo dos últimos dois anos. Em agosto de 1992, a fundação comprou 200 mil máscaras hospitalares, inadequadas para a proteção dos guardas que lidam com inseticida. Dois anos depois da compra, ainda restam 199.399 máscaras, guardadas em caixas que se amontoam no almoxarifado e são motivo de piadas até mesmo entre funcionários de outros setores. Entre as que foram usadas (0,003% do total), a maior remessa foi para uma unidade de saúde de Rio das Ostras, que recebeu 500 máscaras em junho de 1993.

A denúncia foi entregue pelo deputado Francisco Silva (PP-RJ), no dia 6 de julho, ao ministro da Saúde, Henrique Santillo. Segundo o deputado, que relacionou várias denúncias no seu relatório, a compra foi irregular, pois foi feita por carta-convite, quando seu valor — 46,8 milhões de cruzeiros (cerca de US\$ 9 mil pelo câmbio da época) — exigiria licitação por tomada de preços.

— Pensei que o ministro, ao receber as denúncias, fosse afastar os acusados para investigação, como fez outras vezes. Esta denúncia mostra a força de um grupo que comanda a FNS desde o governo Collor. Isso porque até o auditor-chefe, Antônio Miguel de Oliveira, deixou de denunciar essa irregularidade.

O diretor da Datasus, Glauber Vianna, coordenador na época da compra, disse que atendeu a um pedido da Equipe de Controle de Vetores (Ecove) e atribuiu a denúncia a interesses políticos contrariados. O Ministério informou que as denúncias estão sendo investigadas.



A máscara, do lote de 200 mil compradas sem tomada de preços, é inadequada para o guarda que usa inseticida

Gabriel de Paiva

No almoxarifado, os sinais do desperdício

O almoxarifado da FNS é uma fonte de surpresa até mesmo para os auditores. Em agosto do ano passado, a equipe de auditoria catalogou 26 itens cuja quantidade considerou absurda: de 2.103 quilos de café a 537.520 quilos do inseticida Temefós granulado. A lista inclui ainda 47.376 pilhas grandes para lanterna, compradas um ano e meio antes e até então sem uso. Ao serem distribuídas, muitas já estavam enferrujadas. Se 47.376 parece um número exagerado, a compra total foi muito maior: em dezembro de 1992, a FNS-RJ comprou 77.880 pilhas e, em um ano e meio, conseguiu distribuir menos da metade.

Em 20 de setembro do ano passado, o relatório foi encaminhado à coordenação regional da FNS. Um mês e meio depois, o estoque baixou drasticamente com a saída de 21.600 pilhas para o Rio de Janeiro. Da lista, fazem parte ainda 486 mil comprimidos de cloroquina-250 ml (para o combate à malária), 23.800 litros de malathion líquido (inseticida), 18.000 canetas esferográficas, 15.464 flanelas para limpeza, 27.750 quilos de corda de algodão, 5.136 óculos de proteção para a visão e 48.741 lâmpadas para lanterna.

Atualmente, boa parte do almoxarifado é ocupada por 1.112 caixas de isopor de 130 litros, que serão usadas para o transporte de vacinas.

Os auditores não podem se queixar da falta de registros. Encontraram notas referentes à aquisição de duas caixas de bombom Garoto, três pacotes de bala juquinha, dois pacotes de biscoito recheado e mais quatro pacotes de biscoito, dois deles com recheio de goiaba. Só não acharam uma coisa: o autor do pedido.

Polícia Federal vai investigar associações

A Associação Bahiana de Beneficência e a Associação Filantrópica Educacional Santa Bernadete, acusadas de desvio de recursos públicos da Fundação Nacional de Saúde, conforme revelou ontem O GLOBO, serão investigadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. O pedido de investigação será enviado aos dois órgãos esta semana pela própria FNS. Isso ainda não

foi feito porque o procurador jurídico no Rio, Rui de Oliveira Barbosa, pediu demissão ontem e responsabilizou a direção da fundação em Brasília pelas irregularidades.

Em sua carta de demissão, ele afirma que jamais foi consultado sobre as contratações e diz que todos os contratos e convênios foram aprovados pela Procuradoria Geral da

FNS em Brasília. Ele diz que seus pedidos para que informassem sobre a legitimidade dos contratos foram ignorados e acusa a atual administração de irregularidades e omissões, com risco e dano ao erário.

O ex-coordenador do Rio, Nediton Lariú, diz que Brasília aprovou os contratos, o que é negado pelo presidente da FNS, Alvaro Melo Machado.